

O arco íris no mundo e o direito a família no Brasil



A repercussão foi mundial e levou multidões a ilustrar suas fotos de perfil no Facebook com um filtro de arco-íris (eu mesma aderi a campanha).

A hashtag **#lovehaswon** (“o amor venceu”) se popularizou após o presidente Barack Obama a utilizar para comentar a decisão.

Mas, o que haverá para nós, brasileiros, no fim desse arco íris?

Muita gente não sabe, mas o Brasil deu um passo importantíssimo em maio de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal garantiu o **reconhecimento de união estável** entre pessoas do mesmo sexo, fazendo valer também a eles os direitos previstos para casais heteros.

Agora, em meio à onda que tomou conta das redes no mundo, a decisão do STF volta a ser discutida mas em um cenário pouco animador à **comunidade brasileira LGBT**.

Tudo isso por conta da tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 6583/2013, denominado **“Estatuto da Família”**.

De autoria do **Deputado Anderson Ferreira**, integrante da **bancada evangélica** e relator do projeto conhecido como **“cura**

gay”, o texto reconhece como família o núcleo formado apenas por casais héteros, garantindo a eles o monopólio da adoção e criação de filhos. Um grande retrocesso de direitos – tanto para a população gay quanto para o processo de adoção no Brasil.

Na Bélgica, por exemplo, após muitos anos da legalização da adoção por casais homossexuais, nada menos que a metade das crianças adotadas no país foram acolhidas por casais do mesmo sexo. Prova de que não há predileção da orientação sexual dos candidatos à adoção.

Afinal, o que se vê, entre outras coisas, são crianças que foram adotadas por casais gays depois de terem sido abandonadas e negligenciadas (muitas, inclusive, desprezadas por terem uma deficiência) justamente por aqueles que a legislação julgava aptos para educar e amar.

A orientação sexual não interfere no desenvolvimento das crianças. Filhos de mães e pais gays têm as mesmas possibilidades que crianças de pais heterossexuais.

Ser filho de homossexuais não é sentença para uma vida infeliz. Nem o contrário.

Isso porque não se trata do tipo de família em que ela cresce, mas da *qualidade do vínculo* que se forma. Não há regras, com exceção de afeto, carinho e respeito. E nenhum Estatuto pode intervir ou garantir o imensurável e único que residem nas relações de uma família.

E que o amor vença, mais uma vez...

